

Lucas Arantes Lorga

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História, Guarulhos, SP, Brasil.

lucaslorga1@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0260-871X>

Tradução do texto de Fustel de Coulanges: *A Alsácia é alemã ou francesa? Resposta ao Senhor Mommsen, professor em Berlim*

Translation of the Text by Fustel de Coulanges: *Is Alsace German or French? Reply to Mr Mommsen, professor at the University of Berlin*

Resumo: O presente artigo fornece uma tradução do francês para o português da carta aberta feita pelo historiador metódico Numa Denis Fustel de Coulanges. Escrito em 27 de outubro de 1870, seu texto foi uma resposta ao historiador alemão Theodor Mommsen. A disputa tratou, mais diretamente, da legitimidade na anexação do território francês da Alsácia-Lorena pela Prússia ao longo da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Contudo, de modo geral, é possível perceber diferentes interpretações sobre o que compunha uma Nação e distintas formas de se relacionar com o passado. Na documentação, vemos uma tentativa de confluência entre a teoria metódica e o nacionalismo voluntarista de Coulanges. Abrem-se, assim, caminhos para pensarmos a relação entre História e nacionalismos.

Palavras-chave: Fustel de Coulanges; Escola Metódica; Alsácia-Lorena.

Abstract: This article offers a translation from French into Portuguese of the open letter made by the methodical historian Numa Denis Fustel de Coulanges. Written on October 27, 1870, his text was a response to the German historian Theodor Mommsen. The dispute dealt, more directly, with the legitimacy in the annexation of the French territory of Alsace-Lorraine

by Prussia during the Franco-Prussian War (1870-1871). However, in general, it is possible to perceive different interpretations of what made up a Nation and distinct ways of relating to the past. In the documentation, we see an attempt to converge the methodical theory and Coulanges' voluntarist nationalism. This way, we can think about new paths to analyze the relationship between History and nationalism.

Keywords: Fustel de Coulanges; Methodic School; Alsace-Lorraine.

Contexto de produção

Pode o presente falar sobre o passado, e vice-versa¹? Com esse questionamento, diversos historiadores franceses e alemães do século XIX discutiram sobre o caráter científico da História. Alguns pensadores, como Johann Gustav Droysen (1808-1884), assumiram, de certa forma, uma abordagem hermenêutica que reconheceu a importância da subjetividade na produção historiográfica². Outros, como Numa Denis Fustel de Coulanges (1830-1889), optaram por defender a assepsia objetiva da ciência histórica, que deveria cada vez mais se aproximar das ciências naturais³.

Coulanges, posto por Charles Seignobos (1854-1942) como o mais metódico dos metódicos⁴, insistiu na exatidão metódica da pesquisa histórica. Em suas palavras, ao estudar a monarquia franca:

Nestas pesquisas, seguirei o mesmo método que pratico há mais de 35 anos. Ele se resume em três regras: estudar diretamente e unicamente os textos em seus mais minuciosos detalhes, não crer senão no que eles demonstram, enfim descartar resolutamente da história do passado as ideias modernas que um falso método a elas aportou.⁵

Assim, a história deveria ser uma "ciência pura, uma ciência como a física ou como a geologia. Ela visa apenas encontrar fatos, descobrir verdades".⁶

¹ O presente texto foi realizado no âmbito de bolsa de Iniciação Científica da FAPESP (processo de número 2019/26912-2) e as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

² Johann Gustav Droysen. *Manual de Teoria da História*. Tradução: Sara Baldus e Júlio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

³ Numa Denis Fustel de Coulanges. "A História, Ciência Pura. 1875". In: François Hartog. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, pp. 304-309.

⁴ Isabel Noronha-DiVanna. *Writing History in the Third Republic*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2010.

⁵ Numa Denis Fustel de Coulanges. *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France. La Monarchie Franque*. Paris: Hachette, 1888, p. II, tradução nossa.

⁶ Numa Denis Fustel de Coulanges. "A História, Ciência Pura", *op. cit.* p. 305.

Curioso como exatamente por esse apreço ao método e à suposta cientificidade da História, Coulanges - e até mesmo os metódicos como um todo - foi esquecidos por parte da academia⁷. A partir das críticas incisivas da geração posterior de historiadores, principalmente dos Annales, a Escola Metódica foi categorizada sumariamente como positivista⁸, e o complexo historicismo alemão resumido ao jargão de Leopold Von Ranke (1795-1886) de se estudar o passado como realmente foi⁹.

Isso significa que as obras historiográficas de Coulanges não estiveram aglutinadas com suas opiniões políticas? Por certo que estiveram. Segundo Guy Bourdè e Hervé Martin¹⁰, Coulanges, no final das contas, abriu espaço para um considerável grau de subjetividade ao analisar e interpretar os documentos acerca das cidades gregas e romanas. Além disso, o historiador francês também usou da História Antiga a favor de uma retórica nacionalista, como, por exemplo, quando tentou diminuir a influência da cultura e organização jurídica de origem bárbaro-germânicas no mundo medieval em suas obras¹¹. É necessário, portanto, distinguir bem o que Coulanges considerava como História e o que escreveu de História.

O texto que segue ao fim desta seção é sintoma dessa complexa relação entre nacionalismo e História para Coulanges. Traduzido do francês para o português, a carta inserida ao final da apresentação foi um dos resultados de uma pesquisa de iniciação científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Escrita em 27 de outubro de 1870, a carta de Coulanges teve uma pretensão clara: responder a Theodor Mommsen (1817-1903), famoso historiador alemão e vencedor do Prêmio Nobel de Literatura, sobre a verdadeira nacionalidade da Alsácia-Lorena. Entretanto, possuímos em nossas mãos uma questão acerca da localização editorial da documentação.

Parte das fontes consultadas para acessar o documento de Coulanges fornecem-nos um dado curioso. Alguns institutos de divulgação online de documentações, como o instituto SPIN (*Study Platform on Interlocking Nationalisms*) ligado à Universidade de Amsterdã; a *Digithèque de matériaux juridiques et politiques* ligada à Universidade de Perpignan; e *La Bibliotheque Electronique De Lisieux*

⁷ Isabel Noronha-DiVanna. *Writing History, op. cit.*

⁸ Glaydson José da Silva. A Escola Metódica: seleção de textos, tradução e organização. Textos Didáticos: UNICAMP. p. 15-19, 2006.

⁹ Julio Bentivoglio. "Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica Prussiana e a *Historische Zeitschrift*". *Revista de Teoria da História*, v. 3, p. 20-58, 2010.

¹⁰ Guy Bourdè e Hervé Martin. *As escolas históricas*. S.l.: Europa-América, 1983.

¹¹ Ana Lúcia Lana Nemi. "Tradição política medieval, tradições populares e construção da soberania ibérica na contemporaneidade". In: N. d. ALMEIDA, *A Idade Média entre os séculos XIX e XX. Estudos de historiografia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, pp. 59-75.

ligada à *Médiathèque communautaire André Malraux*, por exemplo, afirmam que tal carta foi publicada na famosa e influente revista parisiense *Revue des Deux Mondes*.

Porém, não encontramos nem a partir da plataforma *Gallica*, nem pelo próprio acervo online fornecido pela *Revue Des Deux Mondes*, o referido texto de Coulanges. As publicações acadêmicas que referenciam a carta de Coulanges não têm como fonte primária a suposta carta na *Revue*, mas sua reedição na obra *Questions contemporaines* de 1919¹² e a edição da editora parisiense Dentu de 1870¹³. Nesse sentido, Joseph Jurt afirma, de passagem e sem entrar em muitos detalhes, que

[Coulanges] respondeu em carta aberta, datada de 27 de outubro de 1870, ao Sr. Mommsen, com seu texto 'A Alsácia é alemã ou francesa?', publicado como panfleto e não inserido na *Revue des Deux Mondes*, como às vezes se afirma¹⁴.

Desta forma, se a documentação disponível de maneira *online*, tanto na plataforma *Gallica* quanto no acervo disponibilizado pela revista, estiver em sua integralidade – como parece-nos que está –, a possibilidade da publicação de Coulanges na *Revue des Deux Mondes* deverá ser descartada. Mesmo assim, ressaltamos que, ainda que com as diferentes origens, a documentação textual continua igual em todos os veículos consultados, o que possibilita uma análise de seu discurso sem grandes percalços.

A edição utilizada para a tradução ao final do texto foi a publicada pela Editora e Livraria Dentu em 1870, disponível de maneira online na plataforma *Gallica*. Não se têm muitos textos acadêmicos escritos acerca da editora em si, mas é possível encontrar algumas informações relevantes em uma publicação de 1900, que analisou as atividades artísticas realizadas no *Palais-Royal*¹⁵.

Segundo Victor Champier e Gustave-Roger Sandoz, a editora, fundada no começo do século XIX por Jean-Gabriel Dentu, teve um caráter político desde o seu começo. Tanto ele quanto seu filho, Gabriel-André Dentu, que assumiu em 1826 a chefia da editora, tiveram uma associação ao legitimismo desde o início da

¹² Joseph Jurt. "Deux conceptions de la nation: le débat franco-allemand entre David Friedrich Strauss, Mommsen, Renan et Fustel de Coulanges en 1870-1871". In : *Académie des sciences, Belles Lettres et Arts de Besançon et de Franche-Comté, Procès-Verbaux et Mémoires*, vol. 203 (2017), pp. 41-58.

¹³ François Hartog. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

¹⁴ Joseph Jurt, "Deux conceptions", *op. cit.*, p. 9, tradução nossa.

¹⁵ Victor Champier e Gustave-Roger Sandoz. *Le Palais-Royal d'après des documents inédits (1629-1900)*, Tome Second, Depuis de La Révolution jusqu'à Nos Jours. Société de Propagation des Livres D'Art: Paris, 1900.

Restauração. Nesse sentido, os dois defenderam de maneira “muito ardente”¹⁶ o direito da monarquia borbônica ao governo francês. Tal posição, inclusive, garantiu vinte e sete processos de imprensa contra a editora durante a Monarquia de Julho, que erigiu uma casa diferente da borbônica ao poder.

A carta de Coulanges foi publicada durante o comando do filho de Gabriel-André Dentu, Édouard Dentu. Após o falecimento de Gabriel-André em 6 de outubro de 1949, Édouard recebeu em suas mãos uma editora à beira da falência. Para resgatá-la da bancarrota, Édouard aparentemente investiu na publicação de cartazes, folhetos e brochuras para angariar mais leitores.

O gênero das brochuras, no qual o texto de Coulanges se encaixa, foi bem conhecido no jornalismo do século XIX. Mais baratos do que os livros encadernados e com uma distribuição mais extensa do que os jornais, que só podiam ser vendidos aos assinantes¹⁷, as brochuras eram o *locus* perfeito de enunciação para manifestações políticas como a de Coulanges. Além do historiador francês, Édouard publicou outras brochuras relevantes, como textos de Ernest Renan contra o livro *A Vida de Jesus*, de David Friedrich Strauss, ou manifestos de Pierre-Joseph Proudhon¹⁸.

Interessante notar que Coulanges escreveu sua carta no final de outubro de 1870. A única datação da edição da Dentu mostra-nos que ela foi publicada no mesmo ano, demonstrando uma janela de tempo curta entre a escrita e a publicação. Assim, aliado às questões levantadas anteriormente acerca da natureza editorial da Dentu, sugerimos que a carta foi publicada diretamente como uma brochura pela editora e não intermediada por uma revista.

Voltando ao conteúdo da carta, ela foi uma resposta de Coulanges à disputa iniciada por Mommsen em 10 de agosto do mesmo ano, no jornal milanês *La Perseveranza*. Depois, o historiador alemão publicou outra carta sustentando a primeira em 20 de agosto no jornal *Il Secolo*, rival editorial do *La Perseveranza*. Em seus dois textos, Mommsen tentou cooptar o auxílio militar italiano na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), argumentando que as conquistas alemãs aos territórios franceses não eram invasões, mas retomadas de territórios historicamente germânicos¹⁹.

Coulanges, como pode ser visto na carta abaixo, recusou tal interpretação. Alicerçando-se em uma interpretação voluntarista do conceito de *patrie*²⁰, o historiador francês negou a influência da

¹⁶ Ibid. p. 186.

¹⁷ François Fourn. “Les brochures socialistes et communistes en France entre 1840 et 1844”. *Cahiers d’histoire. Revue d’histoire critique*, n. 90 (2003), pp. 69-83.

¹⁸ Gallica. *Éditeurs littéraires du XIXe siècle: Maison Dentu*. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/html/und/litteratures/edouard-dentu?mode=desktop#>. Acesso em 30 de outubro de 2022.

¹⁹ Theodor Mommsen. *Agli Italiani*. Florença: Stabilimento Civelli, 1870.

²⁰ A palavra “*patrie*” possuía um contexto semântico muito específico na França Revolucionária. Com o crescimento da utilização do termo ao longo do século XVIII,

história, da cultura e da língua – ou seja, do passado – na formação de uma Nação. O que realmente formava um grupo nacional, segundo o historiador, era a vontade de tais cidadãos serem compatriotas em seu tempo presente.

Nesta argumentação, Coulanges parece atacar Mommsen duplamente. Primeiro na definição de Nação do historiador alemão, que não levou em consideração as vontades e afetos do presente. Segundo, em sua aparente inocência enquanto um “eminente historiador” ao usar a História na política.

Escolhas da tradução

Do ponto de vista da teoria da tradução, podemos encontrar, segundo John Milton²¹, dois tipos de linhas de pensamento: uma que busca uma tradução perfeita de sentidos originais do texto e outra que admite a impossibilidade de transposições totais de significados entre duas estruturas linguísticas. Para simplificar, a primeira teoria será chamada de tradução livre, enquanto a segunda de tradução literal²².

Posicionamo-nos metodologicamente mais com a tradução literal, por ser um texto que será usado como uma fonte para pesquisas. Não caberia, portanto, uma intervenção artística por parte do tradutor, mas uma tentativa de refazer ao máximo as linhas de pensamento de Coulanges. Ainda assim, entendemos que a tradução é um palimpsesto de significado²³, ou seja, admitimos a impossibilidade em atingir uma tradução perfeita. Além disso, concordamos com a hermenêutica moderna de Gadamer²⁴ ao demonstrar os perigos da pretensão de se chegar ao pensamento original do autor.

culminando em sua popularização ao longo da revolução de 1789, podemos ver uma tentativa de mostrar o caráter antitético entre *patrie* e despotismo. Como um símbolo de igualdade e democracia, parte dos revolucionários usaram *patrie* em seus discursos para diminuir o poder real. Isso mostra, em certa medida, o alinhamento do conceito de nação de Coulanges com os preceitos revolucionários, mesmo que em suas opiniões políticas e historiográficas desprezasse, com certo vigor, o conceito de revolução. Para a semântica da palavra *patrie* ver Chimène Keitner. *The Paradoxes of Nationalism. The French Revolution and Its Meaning for Contemporary Nation Building*. Nova York: SUNNY Press, 2007. Para a opinião de Coulanges sobre a Revolução Francesa ver Guilherme Moerbeck. “O século XIX e a invenção de uma cidade grega antiga”. *Revista de História*, n. 178 (2019) pp. 1-34.

²¹ John Milton. Tradução: teoria e prática. 2. edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

²² José Pinheiro de Souza. “Teorias da Tradução: uma visão integrada”. *Revista de Letras* nº20, vol. 1/2 (1998), pp. 51-67.

²³ Rosemary Arrojo. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 1986.

²⁴ Hans-Georg Gadamer. *Verdade e Método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad: Flávio Paulo Meurer. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1997.

De tal forma, realizamos uma tradução mais contida do que a inserida na versão brasileira do livro de François Hartog²⁵ feita por Roberto Cortes de Lacerda. A presente versão das cartas de Coulanges, nesse sentido, tem duas grandes contribuições. Do ponto de vista da distribuição, uma opção em português *online* facilitará o acesso à documentação e a possíveis futuras pesquisas.

Já do ponto de vista da qualidade da tradução, optamos por tentar manter a ordem das palavras na frase, assim como suas repetições e a pontuação original, restringindo um pouco a liberdade do tradutor. Assim, frases como "*Le principe de nationalité n'est pas, sous un nom nouveau, le vieux droit du plus fort*" foram traduzidos para "O princípio da nacionalidade não é, sob um novo nome, o antigo direito do mais forte", enquanto a versão do livro de Hartog nos mostra "O princípio de nacionalidade não é o velho direito do mais forte com uma nova denominação"²⁶.

Esse tipo de tradução mais livre optado por Lacerda, ainda que bem feita, tem alguns pontos negativos. Diversos verbos foram traduzidos em tempos verbais distintos de sua equivalência no francês, como "*autoriserait*" para "autorizam"²⁷ e não "autorizaria"; "*correspondaient*" para "correspondessem"²⁸ e não "correspondiam"; ou "*Ce n'est pas*" para "não foi"²⁹ e não "não é". Além disso, algumas palavras, como "coração" e "alma", por exemplo, foram confundidas diversas vezes na tradução de Lacerda³⁰. Futuras pesquisas que, por exemplo, abordassem a história da representação do corpo em discursos políticos seriam impactadas negativamente por essa liberdade literária.

Nesse sentido, como bem nos salienta Reinhart Koselleck³¹, o tempo verbal e os conceitos utilizados por um autor podem nos fornecer indícios importantes. A partir da semântica dos tempos de determinada época, podemos tentar entender como dada sociedade se relacionou com seu tempo histórico. Por isso, consideramos prejudicial mudanças como a passagem "*Et savez-vous ce qui l'a rendue française ? Ce n'est pas Louis XIV, c'est notre Révolution de 1789*" para "E sabe o que a tornou francesa? Não foi Luis XIV, mas nossa Revolução de 1789"³², ao invés de "E Vossa Senhoria sabe o que a fez francesa? Não é Luís XIV, é nossa Revolução de 1798".

²⁵ Fustel de Coulanges. "A Alsácia é Alemã ou Francesa? Resposta ao Sr. Mommsen (Professor em Berlim)". Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. In: François Hartog. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, pp. 340-346.

²⁶ Ibid., p. 342.

²⁷ Ibid., p. 341.

²⁸ Ibid., p. 342.

²⁹ Ibid., p. 343.

³⁰ Ibid., p. 343.

³¹ Reinhart Koselleck. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1993.

³² Ibid., p. 343.

Nestes pequenos detalhes semânticos, é possível entender as continuidades e rupturas na consciência histórica de certo sujeito.

Por último, optamos, assim como na versão do livro de François Hartog, a utilização do vocativo “Vossa Senhoria” para retratar a segunda pessoa do discurso. Desta forma, foi possível manter a formalidade empregada por Coulanges e, ainda assim, deixar a leitura mais acessível, utilizando a conjugação da terceira pessoa gramatical (você) ao invés da segunda (tu).

Considerações Finais

Esperamos que, com a tradução para o português de textos semelhantes à carta de Coulanges, seja possível resgatar tais personagens do oblívio acadêmico. Mais do que isso, aguardamos que tais documentos sejam analisados em seus mais variados aspectos. Desde contribuições para o estudo epistolar em seus diversos suportes, até a relação tênue entre nacionalismo e historiografia.

Referências

- ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 1986.
- BENTIVOGLIO, Julio. “Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift”. *Revista de Teoria da História*, v. 3 (2010), pp. 20-58. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28629/16070>>. Acesso em 01 de junho de 2022.
- BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. “O Manifesto como poética da modernidade”. *Literatura e Sociedade*, 20(21) (2015), pp. 5-17. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ls/article/view/114486/112319>>. Acesso em 01 de junho de 2022.
- BOURDÉ, Guy e MARTIN, HERVÉ. *As escolas históricas*. S.l.: Europa-América, 1983.
- CHAMPIER, Victor e SANDOZ, Gustave-Roger. *Le Palais-Royal d'après des documents inédits (1629-1900)*, Tomo 2: Depuis la Révolution jusqu'à nos jours. Paris: Société de Propagation des Livres d'Art, 1900.
- FUSTEL de COULANGES, Numa Denis. “A História, Ciência Pura. 1875”. In: HARTOG, F. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, pp. 304-309.
- FUSTEL de COULANGES, Numa Denis. “A Alsácia é Alemã ou Francesa? Resposta ao Sr. Mommsen (Professor em Berlim)”. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. HARTOG, F. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, pp. 340-346.
- FUSTEL de COULANGES, Numa Denis. *L'Alsace est-elle allemande ou française? Réponse à M. Mommsen, Professeur à Berlin*. Paris : E. Dentu, 1870. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=kK9JAAAacAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 01 de junho de 2022.
- FUSTEL de COULANGES, Numa Denis. *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France. La Monarchie Franque*. Paris: Hachette, 1888, p. II. Disponível

- em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6103132p/f10.item.texteImage>>
Acesso em 6 de junho de 2022.
- DIVANNA, Isabel Noronha. *Writing History in the Third Republic*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2010.
- DROYSEN, Johann Gustav. *Manual de Teoria da História*. Tradução: Sara Baldus e Júlio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.
- FOURN, François. "Les brochures socialistes et communistes en France entre 1840 et 1844". *Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique*, 2003 (XXXX), pp. 69-83.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução: Flávio Paulo Meurer. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1997.
- Gallica. *Éditeurs littéraires du XIXe siècle: Maison Dentu*. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/html/und/litteratures/edouard-dentu?mode=desktop#>. Acesso em 30 de outubro de 2022.
- HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- JURT, Joseph. "Deux conceptions de la nation: le débat franco-allemand entre David Friedrich Strauss, Mommsen, Renan et Fustel de Coulanges en 1870-1871". In : Académie des sciences, Belles Lettres et Arts de Besançon et de Franche-Comté, *Procès-Verbaux et Mémoires*, vol. 203 (2017), pp. 41-58.
- KEITNER, Chimène. *The Paradoxes of Nationalism The French Revolution and Its Meaning for Contemporary Nation Building*. Nova York: SUNNY Press, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1993.
- MILTON, John. *Tradução: teoria e prática*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MOERBECK, Guilherme. "O século XIX e a invenção de uma cidade grega antiga". *Revista de História*, 2019 (178), pp. 1-34. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/144829/156826>> Acesso em 6 de junho de 2022.
- MOMMSEN, Theodor. *Agli Italiani*: Florença, 1870.
- NEMI, Ana Lúcia Lana. "Tradição política medieval, tradições populares e construção da soberania ibérica na contemporaneidade". In N. d. ALMEIDA, *A Idade Média entre os séculos XIX e XX - Estudos de historiografia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, pp. 59-75.
- SILVA, Gláydson J. da. *A Escola Metódica: seleção de textos, tradução e organização. Textos Didáticos*: UNICAMP. pp. 15-19, 2006.
- SOUZA, José Pinheiro de. "Teorias da Tradução: uma visão integrada". *Revista de Letras*, nº 20 (1998), vol. 1/2 Disponível em <<http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/2115/1594>>. Acesso em 01 de junho de 2022.

Recebido: 06 de fevereiro de 2022.

Aprovado: 11 de agosto de 2022.

A Alsácia é alemã ou francesa? Resposta ao Senhor Mommsen, professor em Berlim

Pelo Senhor Fustel de Coulanges, ex-professor em Estrasburgo.

[Selo da Editora]

Paris, E. Dentu, Livraria-Editora, Palácio Real, 17 e 19 (Galeria dos Orleans), 1870 [fl.1] [fl.2 em branco]

A Alsácia é alemã ou francesa?

Senhor,

Vossa Senhoria mandou recentemente três cartas ao povo italiano. Essas cartas, que apareceram primeiro nos jornais de Milão e que foram, então, combinados em panfletos, são um real manifesto contra nossa nação. Vossa Senhoria deixou seus estudos históricos para atacar a França; eu faço o mesmo para te responder.

Nas suas primeiras duas cartas, que foram escritas ao fim do mês de julho, Vossa Senhoria fez um esforço de mostrar que a Prússia, acidentalmente atacada, estava apenas se defendendo. E é verdade que naquela época parecíamos os agressores e que foi compreensível se enganar. Vossa Senhoria não teria cometido o mesmo erro dois meses mais tarde e, principalmente, não repetiria que "A Prússia nunca tinha feito e jamais fará nada além de guerras defensivas." [fl. 3] Pois os papéis foram tão bem invertidos no encontro de Ferrieres, que foi evidentemente a Prússia quem se tornou o agressor e que a sua ambição nem se deu ao trabalho de esconder. De resto, senhor, eu admiro os nobres sentimentos que Vossa Senhoria professava em favor da paz e do bom direito... No mês de julho.

Sua terceira carta, escrita ao fim do mês de agosto, isto é, no meio das vitórias prussianas, difere sensivelmente das duas primeiras. Vossa senhoria nem se ocupa mais da defesa de sua pátria, supostamente atacada, mas com sua ampliação. E não se trata mais de salvação, mas pela conquista. Sem o menor desvio, escreve que a Prússia deve tomar a Alsácia e mantê-la.

Assim, desde o mês de agosto, Vossa Senhoria indicava com perfeita perspicácia o verdadeiro ponto que estava em disputa entre a França e a Prússia. S. Bismarck ainda não se pronunciaria. Ele ainda não dissera em voz alta que fazia a guerra para meter a mão na Alsácia e na Lorena. Mas já, senhor, era um bom profeta e anunciava as pretensões e o objetivo da Prússia. Vossa Senhoria determinava claramente qual [fl. 4] seria o objetivo dessa nova guerra que empreende, por sua vez, contra nossa nação. Ninguém pode mais ignorar isso hoje em dia: o que perturba toda a população militar da Alemanha e toda população viril da França é esta questão francamente colocada: "A Alsácia será da França ou da Alemanha?"

A Prússia pretende bem resolver esta questão pela força; mas a força não é suficiente: ela gostaria de se juntar ao Direito. Assim, enquanto seus exércitos invadiam a Alsácia e bombardeavam Estrasburgo, vocês se esforçavam para provar que ela [a Prússia]

estava em seu direito e que a Alsácia e Estrasburgo lhes pertenciam legitimamente. A Alsácia, creem vocês, é um país alemão; portanto deve pertencer à Alemanha. Ela fazia parte anteriormente; Vossa Senhoria conclui que ela deve ser devolvida. Ela fala alemão e o senhor extrai daí a consequência que a Prússia pode se aproveitar dela. Em virtude dessas razões o senhor a "reivindica"; quer que ela lhe seja "restituída". Ela é sua, diz o senhor, e adiciona: "Nós queremos levar tudo o que é nosso, nada a mais, nada [fl.5] a menos." O senhor apela pelo princípio de nacionalidade.

É sob esse ponto que eu tenho para te responder. Porque é preciso que nós saibamos se é verdade que, neste duelo terrível, o Direito se encontra do mesmo lado que a força. É preciso, assim, que saibamos se é verdade que a Alsácia fez mal em se defender e que a Prússia tinha razão em bombardear Estrasburgo.

Vossa Senhoria invoca o princípio da nacionalidade, mas entende isso diferentemente de toda a Europa. Segundo o senhor, esse princípio autorizaria um Estado poderoso a tomar uma província pela força, pela única condição de afirmar que esta província está ocupada pela mesma raça que esse Estado. Segundo a Europa e o bom senso, ele autoriza simplesmente que uma província ou uma população não obedeça a um mestre estrangeiro. Explico-me com um exemplo: o princípio de nacionalidade não permitia a Piemont de conquistar pela força Milão e Veneza; mas ele permitia a Milão e Veneza de se emancipar da Áustria e se juntar voluntariamente a Piemonte. Vossa Senhoria vê a diferença. O princípio pode [fl. 6] bem dar à Alsácia um direito, mas não dá a vocês nenhum direito sobre ela.

Pense para onde iríamos se o princípio da nacionalidade fosse entendido como pretendido pela Prússia, e se ela sucedesse em fazê-lo regra da política europeia. Ela agora teria o direito de tomar a Holanda. Ela despossuiria, em seguida, a Áustria, afirmando que a Áustria seria uma estrangeira em relação às províncias alemãs. Então ela reclamaria à Suíça todos os cantões que falam alemão. Finalmente se endereçaria à Rússia, reivindicaria a província da Livônia e a vila de Riga, que são habitadas pela raça alemã; é o que é dito na página 16 da sua brochura. Nós não terminaríamos. A Europa sairia periodicamente inflamada pelas "reivindicações" da Prússia. Mas não pode ser assim. O princípio que ela alegou por Slesvig, que alega pela Alsácia e que alegará pela Holanda, pela Áustria, pela Suíça alemã, pela Livônia, ela o toma contra-senso. Ele não é o que ela acredita. Ele constitui um direito pelos fracos; não é um pretexto pelos ambiciosos. O princípio da nacionalidade [fl. 7] não é, sob um novo nome, o antigo direito do mais forte.

Vamos entendê-lo como entendido pelo bom senso da Europa. O que ele diz relativo à Alsácia? Uma só coisa; que a Alsácia não deve ser obrigada a obedecer o estrangeiro. O senhor quer agora que nós procuremos quem é o estrangeiro para a Alsácia? É a França ou a Alemanha? Qual é a nacionalidade dos alsacianos, qual é a sua

verdadeira pátria? O senhor afirma que a Alsácia é de nacionalidade alemã. Vossa Senhoria tem certeza? Não seria uma destas afirmações com base em palavras e aparências, em vez de realidade? Eu te peço que examine esta questão calmamente, lealmente: a que Vossa Senhoria distingue a nacionalidade? Ao que reconhece a pátria?

O senhor acha que provou que a Alsácia é de nacionalidade alemã porque a população é de raça germânica e porque a sua língua é o alemão. Mas me espanta que um historiador como o senhor finge ignorar que não é nem a raça nem a língua que fazem a nacionalidade.

Não é a raça: jogue seus [fl. 8] olhos sobre a Europa e verá bem que as pessoas não são quase nunca constituídas de acordo com suas origens primitivas. As propriedades geográficas, as interações políticas ou comerciais são o que agrupou as populações e fundou os estados. Cada nação é assim pouco a pouco formada, cada pátria é desenhada sem que nós estejamos preocupados pelas razões etnográficas que o senhor gostaria de colocar na moda. Se as nações correspondiam às raças, a Bélgica seria da França, Portugal da Espanha, a Holanda da Prússia; no entanto, a Escócia iria se separar da Inglaterra, à qual ela tem sido intimamente ligada depois de um século e meio, a Rússia e a Áustria se dividiriam em três ou quatro seções, a Suíça se partiria em dois, e seguramente Posen se separaria de Berlim. Vossa teoria de raças é contra todo o estado atual da Europa. Se ela vier a prevalecer, o mundo inteiro seria refeito.

A língua também não é um sinal característico da nacionalidade. Falam-se cinco línguas na França, mas ninguém se atreve a duvidar de nossa unidade nacional. [fl. 9] Falam-se três línguas na Suíça; a Suíça é menos uma nação, e o senhor dirá que ela carece de patriotismo? De outra parte, fala-se inglês nos Estados Unidos; o senhor vê que os Estados Unidos estão pensando em restabelecer o vínculo nacional que antes os unia à Inglaterra? O senhor elogia que se fala alemão em Estrasburgo; é menos verdade que foi em Estrasburgo que se cantou pela primeira vez nossa *Marselhesa*?

O que distingue as nações não é nem a raça, nem a língua. Os homens sentem em seus corações que eles são um só povo quando eles têm uma comunidade de idéias, interesses, afetos, memórias e esperanças. Isso é o que faz a pátria. É por isso que os homens querem marchar juntos, juntos trabalhar, juntos combater, viver e morrer uns pelos outros. A pátria, é o que se ama. Pode até ser que a Alsácia seja alemã pela raça e pela língua; porém pela nacionalidade e o sentimento da pátria ela é francesa. E Vossa Senhoria sabe o que a fez francesa? Não é Luís XIV, é nossa Revolução de 1798. Depois desse momento, a Alsácia [fl. 10] acompanhou todos os nossos destinos; ela viveu a nossa vida. Tudo o que nós pensamos, ela pensava; tudo o que nós sentimos, ela sentia. Ela compartilhou nossas vitórias e nossos reveses, nossa glória e nossos erros, todas

as nossas alegrias e tristezas. Ela não teve nada em comum com vocês. A pátria, por ela, é a França. O estrangeiro, por ela, é a Alemanha.

Todas as razões do mundo não mudarão nada. O senhor bem invocou a etnografia e a filologia. Nós não estamos aqui em uma aula da universidade. Estamos no meio dos fatos e em pleno coração da humanidade. Se seus argumentos lhe dizem que a Alsácia deve ter um coração alemão, meus olhos e ouvidos me asseguram que ela tem um coração francês. O senhor afirma, de longe, “que ela guarda um espírito de oposição provincial contra a França”; eu a vi de perto; eu conheci homens de todas as classes, de todos os cultos, de todos os partidos políticos, e não encontrei esse espírito de oposição contra a França em nenhuma parte. O senhor insinua que ela possui uma antipatia contra os homens de Paris; eu me gabo de saber com que simpatia ela [fl. 11] os acolhe. Pelo coração e pelo espírito, a Alsácia é uma de nossas províncias mais francesas. Os estraburguenses têm, como cada um de nós, duas pátrias: sua cidade natal primeiro, e depois, acima, a França. Quanto à Alemanha, ela nem sequer tem a ideia de que possa ser de alguma forma sua pátria.

O senhor já bem viu isso depois de dois meses. 6 de agosto, a França foi vencida; a Alsácia, destituída de tropas, estava aberta aos alemães. Como ela os recebeu? Os camponeses alsacianos pegaram seus antigos rifles de pederneiras³³ e suas picaretas para combater o estrangeiro. Muitos deles, não sendo capazes de suportar a presença do inimigo em suas aldeias, estão refugiados nas montanhas e, no momento, ainda defendem pouco a pouco cada desfiladeiro e cada ravina. Convocou-se Estrasburgo para se render e o senhor sabe como ele respondeu. Mas observe este ponto: Estrasburgo não tinha para guarnecer mais que 2500 soldados franceses e o 6º regimento de artilharia que é composto por alsacianos. É a população estraburguense que resistiu aos alemães. É um general alsaciano que comandava a cidade. [fl. 12] O bispo, que foi tão repellido do acampamento alemão, era um alsaciano. Aqueles que combateram bravamente, aqueles que atacaram o inimigo com ataques tão duros foram os alsacianos. Todos esses homens, sem dúvida, falavam sua língua; mas eles certamente não se sentiam seus compatriotas. E esses soldados alemães, que lançavam bombas contra Estrasburgo, que miravam na catedral, que queimaram o *Temple-Neuf*, a biblioteca, as casas, o hospital, que, respeitando as muralhas e poupando a guarnição, não eram impiedosos apenas com os habitantes, diga francamente, com a mão no coração, se sentiam seus compatriotas? Não fale assim mais sobre nacionalidade e, acima de tudo, tome bastante cuidado para não dizer aos italianos:

³³ O termo original utilizado por Coulanges seria *fusils à pierre*, ou seja, fuzis de pedra traduzido literalmente. Porém, entendemos que a pedra a que Coulanges refere-se deve ser a pedra de sílex, que produz a faísca da ignição, também chamada de pederneira [N.T.].

Estrasburgo está³⁴ conosco do mesmo direito que Milão e Veneza estão com vocês; porque os italianos te responderiam que não bombardearam Milão ou Veneza. Se havia alguma dúvida sobre a verdadeira nacionalidade de Estrasburgo e da Alsácia, a dúvida não seria mais possível hoje. A crueldade do ataque e a energia da defesa fizeram escancarada a verdade a todos os olhos. Que prova mais forte o senhor [fl. 13] querer? Como os primeiros cristãos confessavam sua fé, Estrasburgo, pelo martírio, confessou que era francês.

Vossa Senhoria é, senhor, um eminente historiador. Mas quando nós falamos do presente, não vamos fixar muito nossos olhos na história. A raça, isso é da história, isso é do passado. A linguagem ainda é história, é o resto e o sinal de um passado distante. O que é real e vivo são as vontades, as idéias, os interesses, as afeições. A história pode lhe dizer que a Alsácia é um país alemão; mas o presente prova que ela é um país francês. Seria pueril manter que ela deve retornar à Alemanha porque fazia parte dela há alguns séculos atrás. Vamos restaurar tudo o que foi uma vez? E então, por favor, que Europa faremos de novo? A do Séc. XVIII, ou a do XV, ou aquela em que a antiga Gália possuía todo o Reno, e onde Estrasburgo, Saverne e Colmar eram cidades romanas?

Sejamos mais do nosso tempo. Nós temos hoje alguma coisa melhor que a história para nos guiar. Nós possuímos no Séc. XIX um princípio de direito [fl. 14] público que é infinitamente mais claro e mais indiscutível que seu pretendido princípio de nacionalidade. Nosso princípio é que uma população não pode ser governada senão pelas instituições que ela aceita livremente, e que ela não deve fazer parte de um Estado senão por sua vontade e sem consentimento livre. Esse é o princípio moderno. Ele é hoje o único fundamento da ordem, e é para ele que se deve reunir todos os que são, ao mesmo tempo, amigos da paz e partidários do progresso da humanidade. Que a Prússia queira ou não, é esse princípio que acabará por triunfar. Se a Alsácia é e permanece francesa, é apenas porque quer ser. Vossa Senhoria não a fará alemã se ela não tiver um dia algumas razões para querer ser alemã.

Sua sorte deve depender dela. Neste momento, a França e a Prússia disputam-na; mas é a Alsácia que deve se pronunciar. Vossa Senhoria diz que *reivindica* Estrasburgo e que ela deve ser *restituída*. O que Vossa Senhoria fala de reivindicação? Estrasburgo não pertence a ninguém. Estrasburgo não é um objeto de posse que nós temos a devolver. Estrasburgo não é nossa, ela está [fl. 15] conosco. Esperamos que a Alsácia permaneça entre as províncias francesas, mas saiba por que motivo estamos alegando isso. Nós dizemos que é porque Luís XIV a conquistou? Nem um pouco. Nós

³⁴ O verbo "être" no francês pode indicar tanto "ser" quanto "estar". Optamos, neste momento, pelo verbo "estar", exatamente por esse ser o argumento principal de Coulanges. A Alsácia, assim, não seria da França, mas estaria com ela [N.T.].

dizemos que é porque é útil para nossa defesa? Não. Nem as razões tiradas da força, nem os interesses da estratégia têm qualquer valor nesta matéria. Esta é apenas uma questão de direito público, e devemos resolver esta questão de acordo com os princípios modernos. A França tem apenas um motivo para querer preservar a Alsácia, que é porque a Alsácia valentemente mostrou que queria permanecer na França. Este é o porquê nós sustentamos a guerra contra a Prússia. Bretões e burgúndios, parisienses e marseheses, lutamos contra vocês pela Alsácia; mas que ninguém se engane; nós não lutamos para forçá-la, nós lutamos para impedir que vocês a forçassem.

Paris, 27 de outubro de 1870. [fl. 16]